COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(AUDIÊNCIA PÚBLICA) REQUERIMENTO N°, DE 2005. (Da Senhora Maria do Rosário)

Solicita que seja realizada reunião de audiência pública para tratar da carreira e aposentadoria dos Especialistas em Educação.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne tomar as providências para que seja realizada reunião de audiência pública a ser agendada, afim de discutir carreira e aposentadoria dos Especialistas em Educação.

Para realização deste debate, sugerimos que sejam convidadas a Sra. Miriam Paura Sabrosa Zippin Grinspun, Orientadora Educacional e doutora em Filosofia pela Universidade Gama Filho/RJ; a Sra Naima Kepes Ayub, Orientadora Educacional, professora de Filosofia, pedagoga e Pós-graduada em Psicologia da Educação.

JUSTIFICATIVA

A agenda política da educação no Brasil passa por um período muito rico de discussão: desde a reforma do ensino superior até o FUNDEB que estabelecesse uma nova lógica de financiamento da educação pública brasileira, estendendo sua atenção também para o ensino infantil e médio.

O novo fundo da educação básica prevê o investimento de R\$ 4,3 bilhões da União em quatro anos e a correção anual desse valor com base na inflação. Já no primeiro ano, o governo federal investirá R\$ 1,9 bilhão. Com o FUNDEB, que terá vigência até 2019, o valor mínimo não poderá ser menor do que o praticado atualmente em cada Estado. Fica mantido o mínimo de 60% dos recursos do fundo para o pagamento de professores.

Neste esteira, propomos discutir também a situação dos profissionais, especialistas em educação, que ao longo dos anos vêm ampliando e resignificando suas atuações junto às escolas públicas, desempenhando um papel fundamental, tanto na construção político-pedagógica das escolas como no atendimento junto ao aluno, orientando-o e a sua família, buscando uma maior integração entre a escola e a família.

Muitas são as lutas destes profissionais que não estão tendo reconhecidos seus direitos no exercício de sua profissão, desde a formação, passando pela forma de contratação até a aposentadoria. Propomos, portanto, realizar esta discussão junto à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em de de 2005.

MARIA DO ROSÁRIO Deputada Federal PT-RS